



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Fundamentos do Serviço Social

**FILOSOFIA DA PRÁXIS E SERVIÇO SOCIAL:** suscintas problematizações acerca dos fundamentos do serviço social

ANA LIVIA ADRIANO <sup>1</sup>  
AMANDA GUAZZELLI <sup>1</sup>

### RESUMO

Na compreensão histórica e teórica dos fundamentos do serviço social, o debate da teoria social crítica se assinala como um ponto consensual, sustentáculo das opções éticas e políticas e dos percursos teóricos que a profissão consolida, no âmbito do trabalho e da formação profissional. Tal consenso – nem sempre aparente, mas necessariamente essencial – ao conservar potencialidades, também assinala tensionamentos, dilemas e, por vezes, equívocos, nem sempre compreendidos e elucidados. É sobre esta processualidade que se debruça as incipientes reflexões aqui assinaladas, que tem como espaço fomentador a pesquisa “Serviço Social e *filosofia da práxis*: um debate sobre os fundamentos da profissão.

Palavras-chave: filosofia da práxis, serviço social, fundamentos do serviço social

### ABSTRACT

In the historical and theoretical understanding of the foundations of social work, the debate on critical social

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

theory stands out as a consensual point, underpinning the ethical and political options and theoretical paths that the profession consolidates daily, within the scope of work and professional training. Such a consensus – not always apparent, but necessarily essential – by conserving potentialities, also points out tensions, dilemmas and, sometimes, mistakes, not always understood and elucidated. It is on this process that the incipient reflections mentioned here focus, which has as a fostering space the research “Social Work and the philosophy of praxis: a debate on the foundations of the profession

Keywords: philosophy of praxis, social work, foundations of the profession

## **INTRODUÇÃO**

No debate dos fundamentos do serviço social, vem se acumulando consistentes pesquisas e reflexões que priorizam a compreensão dos elementos que caucionam e atribuem materialidade ao trabalho e à formação profissional, mediante a articulação medular da profissão com o movimento da história. Compreendida enquanto matéria e/ou disciplina de conhecimento indispensável ao processo de formação profissional; enquanto síntese da interlocução que a profissão estabelece com as classes sociais ou, ainda, como “matriz explicativa da realidade” (YAZBEK, 2018), é inconteste a proeminência atribuída aos estudos dos fundamentos do serviço social, nas últimas décadas. Tal acúmulo denota a interlocução que a profissão estabelece com o pensamento social crítico, com as lutas dos trabalhadores e com as requisições que atravessam o fazer-se profissional, nas dimensões teóricas, éticas e interventivas.

Nessa perspectiva, demarcamos a importância e referencialidade da concepção de profissão que vem sendo apreendida há quatro décadas – referimo-nos à obra “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho – como um marco teórico-metodológico e ideopolítico de grande dimensão no debate dos

fundamentos. A interlocução estabelecida entre o Serviço Social e a tradição marxista nesta obra, assinala um dos ápices cruciais e decisivos do processo de renovação crítica da profissão no Brasil, e, ao afirmar a vinculação ontológica do Serviço Social com a história impõe, há quarenta anos, pelo menos, duas exigências – tanto de natureza teórica, quanto prático-política – fundamentais: a) a apreensão dos processos histórico-sociais quanto às condições nas quais se dão, às relações nas quais se assentam e que ao mesmo tempo deles resultam, às determinações objetivas e subjetivas produzidas em tais condições e relações, ao seu desenvolvimento, dinâmica, tendências e possibilidades de mudanças, com vistas à b) apreender suas incidências nas condições, dinâmica e desenvolvimento do Serviço Social que, então, responde às exigências que lhe apresentam os próprios processos histórico-sociais. Inspirado por essa compreensão, neste artigo apresentamos estudos advindos da pesquisa “Serviço Social e *filosofia da práxis*: um debate sobre os fundamentos da profissão” que busca apreender os significados e tendências da presença da interlocução do Serviço Social com o marxismo especialmente no âmbito da produção bibliográfica acerca dos fundamentos do Serviço Social.

Considerando que para este artigo pretendemos tão somente explicitar algumas das reflexões suscitadas por essas inspirações<sup>2</sup>, assim delimitamos o percurso assumido: a problematização do significado e das implicações teórico-políticas da *filosofia da práxis* – tal como proposta por Antonio Gramsci – na abordagem dos fundamentos do Serviço Social, buscando explicitar a noção proposta pelo comunista sardo para além da sua convencional compreensão como sinônimo para o marxismo; a fecundidade e as potencialidades do diálogo entre o Serviço Social e a ontologia do ser social na preservação das conquistas teóricas consubstanciadas na obra de 1982, mas também no seu avanço, quanto ao trato dos fundamentos do Serviço Social. Assim, problematizamos num primeiro momento a filosofia da *práxis* como tradução do marxismo e, na sequência, refletimos sobre alguns dos componentes centrais da vinculação ontológica entre Serviço Social e história, assumindo-a como premissa elementar do diálogo estabelecido entre a profissão e a

---

2 Não se trata, portanto, da explicitação de resultados propriamente ditos da pesquisa citada, mas de reflexões nas quais a mesma vem se amparando, tendo em vista que se encontra em andamento – ainda inicial.

ontologia do ser social. Finalizamos, procurando enfatizar potenciais contribuições desse diálogo para a sua própria preservação e andamento no debate dos fundamentos do Serviço Social.

Situadas no âmbito da pesquisa “Serviço Social e *filosofia da práxis*: um debate sobre os fundamentos da profissão”, apresentaremos algumas premissas indispensáveis à apreensão da interlocução estabelecida pelo Serviço Social com a ontologia do ser social, tendo em vista que ela se expressa nos acúmulos da pesquisa dos fundamentos da profissão, acrescida a ênfase aos componentes de maior fecundidade inerentes à referida interlocução, entre os quais o acompanhamento rigoroso da história, tecida pelas classes, que se coloca como exigência teórica e prático-política indispensável à apreensão de suas incidências no Serviço Social e na configuração das respostas que elabora à própria história.

### **1. FILOSOFIA DA PRAXIS: uma tradução do marxismo?**

Uma das questões nodais do marxismo ou de qualquer filosofia que estabeleça uma relação materialista com a imanência, que aponte como radicalidade da história o homem como sujeito e artífice desta, requisita a *tradutibilidade* como uma questão histórica. Traduzir ideias e constructos teórico-conceituais de autores que apresentam como substrato a crítica radical aos processos societários barbarizantes e as formas de consciência desumanizadora é uma tarefa literária e histórica. Para Gramsci, o marxismo é uma visão de mundo organizada, coerente e independente, cujo movimento de autossuficiência denota na legitimação e necessidade de diálogo com o real, com outras tendências teóricas e políticas e, por conseguinte, na recusa à desqualificação das formas de pensamento divergentes e contraditórias, como o positivismo e liberalismo. Segundo o comunista sardo, o pensamento de Marx representa *a síntese mais avançada da história da filosofia e, num mesmo processo, uma forma superior da filosofia apreender a história*, de modo que traduzir Marx é uma tarefa histórica; implica uma coerência de forma e conteúdo; uma unidade entre a tradução linguística do texto do autor

(coerente com o seu ambiente intelectual, seus interlocutores, tempo histórico e ritmo do pensamento), e as condições históricas e sociais que solicitam a vitalidade das ideias do autor. De modo mais específico, a questão da tradutibilidade na acepção gramsciana não está dissociada da luta de classes, mas se associa profundamente às relações sociais (e suas contradições) e às exigências históricas que solicitam o diálogo crítico e radical com os fundamentos que legitimam, caucionam (e, de modo histórico, limitam) o marxismo enquanto “posição filosófica e movimento político” (FROSINI, 2013).

Atribuindo ao materialismo a denominação de *filosofia da práxis*, nos Cadernos, Gramsci arquiteta mais do que um artifício de linguagem para driblar a censura fascista; sua arguta análise produz recursos teóricos que o permitem afirmar a dialética a partir da *Weltanschauung*, isto é, da concepção de mundo que Marx elaborou e tem como sistematização fundamental a passagem da “ciência para a ação” (GRAMSCI, Q7,§33). Tais recursos apresentam-se, também, como estratégia para eliminar das suas reflexões a reprodução do determinismo ou do idealismo vigentes na filosofia, na pesquisa histórica e nos embates políticos de sua época. A vulgarização do que atravessou a tradição marxista nas primeiras décadas do século XX exigia, na perspectiva gramsciana, um estudo sistemático e rigoroso que não prescindisse da compreensão – como registrado no parágrafo 11 do Q10 – de que “a filosofia da práxis, certamente, deriva da concepção imanentista da realidade, mas desta enquanto depurada de qualquer aroma especulativo e reduzida a pura história ou historicidade, ou a puro humanismo” (2004, p. 304).

Como afirma Semeraro (2000, p. 38)

Na tarefa consciente de reconstituir o pensamento de Marx, de valorizá-lo por inteiro e de desdobrar dimensões implícitas e menos desenvolvidas, Gramsci aprofunda e estreita inseparavelmente o nexos entre filosofia e política. Vincula a primeira à história do seu tempo e às lutas concretas das classes populares e livra a segunda dos interesses particulares, abrindo-a aos horizontes da “grande política”, a qual nunca pode perder de vista que “a verdade é revolucionária” e que a “a política como mentira” é um lugar-comum que deve ser desmentido pelas novas práticas de um movimento operário, que sabe ser “impossível construir algo de duradouro sobre a falsificação ideológica

Nesse processo, os elementos que formam o laboratório do comunista sardo (BIANCHI, 2008)<sup>3</sup> que por sua vez se constituem os condutos pelos quais se processam os densos vínculos com as elaborações marxianas<sup>4</sup>, arregimentará recursos político-filosóficos para enfrentar o revisionismo e o reformismo de seu tempo. Mais do que qualquer outro autor, é ao *fundador da filosofia da práxis* que Gramsci vai sempre retornar e, se faz importante demarcar, que tais retornos não convergem para a reprodução recorrente do dogmatismo ou da abordagem empirista que torna a experiência sensível desprovida de conteúdo histórico, na busca insana da validação prática de uma determinada teoria. Sustenta-se, portanto, na compreensão do marxismo que não despreza a substância da humanidade: a *história*<sup>5</sup>, em seus movimentos de afirmação e negação; imagens e sombras. Comportando uma série de questões abertas e se constituindo como fonte de equívocos e, também, de disputas, a expressão *marxismo de Gramsci* pode se condensar na seguinte fórmula: no vínculo entre *teoria* e *história política*. A reciprocidade entre a unidade teórica e a diversidade político-histórica, dirá Frosini (2013, p. 04), é o ponto de observação da peculiaridade do marxismo de Gramsci; é nessa intersecção que a vitalidade e a potência organizativa do marxismo é atestada [livre tradução]

Desse modo, Gramsci estava preocupado em apreender com rigorosidade teórica e uma espécie de justeza analítica o seu tempo e a cultura vigente –

---

3 Buci-Glucksmann (1980, p. 30) ao analisar os vínculos entre filosofia e política no pensamento de Gramsci considera que a junção destes dois elementos constitui uma forma de “gnosologia política”, tratando “a filosofia em sua inscrição superestrutural (teoria do aparelho da hegemonia filosófica) e a política como produtora do conhecimento”. Essa separação ou delimitação das fronteiras entre política e filosofia nos parece problemática e/ou como sinaliza Bianchi (2008), exagerada, à medida que “reconhecer essa unidade significa afirmar que a história (e a historiografia), assim como a filosofia, mesmo aquela que afirma sua neutralidade axiológica, são também elas constitutivas do campo político do qual querem manter distância” (pg.17).

4 Sabemos que o termo marxismo carrega múltiplas e complexas tensões e muitos são os esforços teóricos e políticos para compreendê-lo e depurá-los na história. Num escrito político de do L`Ordine Nuovo, de março de 1924, Gramsci analisa que “a ditadura do proletariado é expansiva, não repressiva. Nela se verifica um contínuo movimento de baixo para cima, um contínuo intercambio através de todas as capilaridades sociais, uma contínua circulação de homens” (2004:240). Assim, esta se apresenta como um produto da cultura moderna, com uma grandiosa influência prática que coaduna na defesa de um método para interpretar o mundo e mudá-lo. Cf Frosini (2013), Mandel (2001), Hobsbawm (1983) e Netto (2006 e 2004).

5 Buci- Glucksmann (1980, p. 27), aponta que “esse procedimento exige que se situe Gramsci na história, a sua história, seu tempo, para “desideologizar” as análises, para melhor medir hoje o alcance real dos conceitos”.

depurando as potencialidades, os excessos e equívocos dos seus interlocutores teóricos e práticos – referenciado no fundador da filosofia da *práxis*, ou como registra nos Cadernos, na “personalidade na qual a atividade teórica e a atividade prática são entrelaçadas indissolúvelmente, de um intelecto, portanto, em contínua criação e em perpétuo movimento” (*Idem* Q 4, § 1, p. 419). Como traduzir Marx na Itália, considerando a formação da cultura italiana (as particularidades do mezzogiorno, a questão meridional), a organização política dos trabalhadores e a apropriação/difusão das obras de Marx numa época marcada pela guerra, o fascismo, a exponenciação do liberalismo e um revisionismo profundo do marxismo, operado pelos ecos da segunda internacional, atravessam os contornos dessa questão. Desse modo, a tradução se despe de suas acepções formais, rompe os muros da linguística e da métrica literária e se alastra como uma atividade teórica e política. Tradutibilidade não é, portanto, uma atividade espontânea, descolada de intencionalidades ideopolíticas, bem como de bases sociopolíticas; ao contrário, assinala-se como ato histórico, coletivo (portanto, de classe) sustentado na leitura lúcida dos fundamentos que esta posição filosófica solicita, bem como das condições históricas que lhe reivindicam vitalidade e fôlego político e cultural. O recurso à leitura das fontes, dos pensadores seminais do movimento político requisitado pelo marxismo coaduna com o conhecimento rigoroso do tempo e do espaço que solicita tais análises, como estratégia para atestar a vitalidade do pensamento crítico.

Num exercício de compreender algumas conotações da particularidade brasileira, é necessário reivindicar os traços predatórios da colonização portuguesa, a dependência, a super exploração da classe trabalhadora, a escravidão, o autoritarismo que caucionam uma dominação burguesa marcada por um deslocamento da classe dominante e pela dissociação entre economia e política, cujos processos sociais e políticos alijam os grupos sociais subalternos dos espaços de decisão política e se referenciam por uma combinação desigual entre desenvolvimento e democracia. Como assinala Fernandes (1975, p. 77-78)

Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar

sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos.

Em um trânsito analítico para a contemporaneidade, percebemos que além de um ordenamento político-econômico marcado por uma assombrosa exponenciação do liberalismo, a crise sanitária nos últimos anos amplificou o metabolismo antissocial do capital (ANTUNES, 2020) e, por conseguinte, o seu potencial destrutivo. O trabalho intermitente e as relações de trabalho crescentemente individualizadas e invisibilizadas, que se travestem “de prestação de serviços e obliteram as relações de assalariamento e exploração do trabalho” (Idem, p.20). As condições de vida e trabalho alteraram-se brutalmente e as manifestações da questão social ganharam novos contornos, aprofundando as velhas estruturas que a sustentam. À fome, pobreza, desemprego, informalidade e adoecimento associa-se uma precarização absurda das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, assim como um empobrecimento nos espaços de luta e de projetos universalizantes e humanizadores, assinalando um terreno fértil para a recusa das perspectivas totalizantes, que priorizem a história como primado ontológico e o homem, como ser universal, histórico e construtor de relações e objetivações sociais. Logo, apresentam-se como impeditivos – ao mesmo que requisitam de modo urgente – a tradutibilidade. O serviço social participa e contribui com esse processo, afirmando um projeto profissional, cujos fundamentos que lhe atribuem materialidade são processados na fronteira do pensamento crítico e na luta contra toda forma de exploração e opressão. Nesse processo, a ontologia constitui um recurso teórico-político indispensável à construção de mediações no vínculo orgânico do serviço social com as relações sociais.

## **2. SERVIÇO SOCIAL E HISTÓRIA:** uma vinculação ontológica

Se é inconteste a perspectiva histórica inscrita na concepção de profissão inaugurada na obra de 1982, é preciso que a apanhemos como imanente ao

arcabouço da teoria social de Marx na qual se sustenta aquela concepção, o que supõe, por seu turno, o reconhecimento de que “a imensa força de Marx sempre residiu em sua insistência tanto na existência da estrutura social quanto na sua historicidade, ou, em outras palavras, em sua dinâmica interna de mudança” (HOBBSAWN, 2013, p. 210). Ora, um tal reconhecimento implica num duplo desafio teórico: a apreensão dos componentes centrais da leitura marxiana da vida social como expressão ideal da apreensão da dinâmica inerente ao processo de desenvolvimento do ser social e, por isso mesmo, uma apreensão atenta e colada nas condições histórico-sociais particulares e precisas nas quais esse desenvolvimento se dá.

Num balanço realizado por ocasião dos 20 anos de “Relações sociais e Serviço Social no Brasil [...]”, Iamamoto (2002) destaca mais de uma dezena de componentes constitutivos da obra e que lhe permitem reafirmar “[...] integralmente, a análise efetuada sobre o *Serviço Social no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais*, no marco da pesquisa histórica realizada, que abrange as décadas de 1930 a 1960” (IAMAMOTO, 2002, p. 105 – grifos nossos). Não pretendendo reproduzir aqui os exatos componentes então reafirmados por nossa autora, arriscamos a colocação do que julgamos essencial para chegar aonde queremos.

O significado social da profissão é arrancado do processo de produção e reprodução das relações sociais então estabelecidas pelas classes sociais fundamentais, tendo na exploração da força de trabalho, na propriedade privada dos meios de produção da vida e da divisão social do trabalho, os seus suportes fundamentais. Implica, portanto, no reconhecimento da produção mercantil tipicamente capitalista e nas formas nela assumidas pelo valor, cuja análise e desvendamento do seu significado e tensões apenas se efetivam por meio e por dentro da análise mesma do processo capitalista de trabalho, como processo de valorização, desnudando também a gênese, o desenvolvimento e as consequências da alienação sob o capitalismo. Ao apanhar o processo de produção da riqueza social como processo coletivo levado a cabo pelos trabalhadores, apanha sua condicionalidade à sua própria apropriação privada, desvelados que são os

fundamentos do processo de valorização e acumulação capitalista, desembocando na compreensão da produção de uma população sobrando às necessidades do capital como resultante inerente de sua sociedade. Daí o fenômeno da questão social, do componente político que lhe é imanente e que implica na configuração de conflitos e lutas de classe então capitalistas, cujo enfrentamento ganha expressões as mais diversas, possuindo horizontes ideopolíticos também diversos – da superação da ordem burguesa à sua preservação, na qual se situam as vias institucionais, sobretudo por meio do Estado, particularmente na resposta que elabora em circunstâncias histórico-sociais precisas – as políticas sociais.

Da densidade e depuração dessas análises salta o exame do caráter contraditório da profissão e sua ineliminável natureza política (IAMAMOTO, 2001), parecendo-nos relevante salientar que a inscrição do Serviço Social no âmago dos processos institucionais que respondem às formas mais acabadas e empíricas das relações sociais entre as classes fundamentais somente tem seu significado e consequências desvendados porque remetido à uma apreensão da totalidade social. Sob pena de parecer óbvia essa afirmação, coloquemos em outras palavras: a apropriação do arcabouço da pesquisa marxiana contida na obra de 1982 somente poderia resultar na elaboração de uma concepção de profissão capaz de exprimir idealmente as raízes concretas e histórico-sociais nas se fincam o seu exercício efetivo, então implicado até às tampas com/na totalidade social enfeixada nas relações sociais entre as classes, e, ao mesmo tempo e por isso mesmo, reconhecer as determinações de ordens diversas incidentes no universo do Serviço Social – econômicas, ideopolíticas, ético-morais, teórico-filosóficas, etc. Parece que aqui conseguimos chegar aonde queríamos: é apenas da interlocução com o pensamento de Marx, dotado de uma ontologia do ser social, que se torna possível a apreensão mesma do próprio ser, tal como se objetiva em dadas condições histórico-sociais – das quais é produto e produtor –, e, portanto, a apreensão das determinações então constituintes do ser social. Aqui se situa a vinculação ontológica entre Serviço Social e história, considerando a riqueza categorial de que esta última – porque produto das ações humanas – é portadora.

Num de seus mais belos textos, ao tratar da ética, Lukács (2007, p. 216 –

grifos nossos) afirma que “o marxismo tem uma posição radicalmente nova precisamente acerca do que é primordial: em poucas palavras, primordial é o *desenvolvimento social* (mais precisamente, o desenvolvimento das forças produtivas) *que cria os homens a ele necessários*”. Impressionam a exatidão e, ao mesmo tempo, a simplicidade, com que nosso filósofo situa o “desenvolvimento social” – e, nele, o peso decisivo das forças produtivas, e, portanto, do trabalho, tomado nas formas sociais que adquire – que tratará de produzir os homens que lhes serão necessários, ou seja, as objetivações, as ações, os comportamentos, os modos de ser e viver, pensar e explicar o próprio “desenvolvimento social” contempla determinações outras que, se não se desvinculam do desenvolvimento mesmo do trabalho, lhe ultrapassa, implicando numa complexificação, desigualdade e contraditoriedade (LUKÁCS, 2013) imanentes ao processo de desenvolvimento do ser social. Para que compreendamos melhor, vale o seguinte destaque:

As leis da economia e da sociedade são também para o marxismo leis objetivas, isto é, leis que operam independentemente da consciência cognoscente. Mas o objeto e o substrato da economia não constituem uma objetividade alheia ao homem: *constituem única e exclusivamente o sistema (e a transformação) das relações entre os homens*, cujas leis (tomadas singularmente) não foram criadas por eles, mas que só podem ser movimentadas pelas suas ações, pelas interações que estabelecem e pela sua intervenção individual e coletiva sobre a natureza. No marxismo surge então elaborada, pela primeira vez de modo coerente, a idéia segundo a qual *economia, sociedade e história não são mais que o desenvolvimento do sistema de relações humanas* e que as leis objetivas específicas que nelas operam – certamente que de modo complexo e através de mediações – são *sínteses de ações humanas*. (LUKÁCS, 2007, p. 216-217 – grifos nossos)

Neste sentido, a localização do estatuto ontológico do pensamento de Marx e toda a pesquisa lukácsiana atestam que o homem, ao produzir-se a si próprio e ao seu mundo como um mundo puramente social (LESSA, 2002), constrói a história e suas tendências como “sínteses de ações humanas” e, conseqüentemente, como condição e resultado do processo de produção e reprodução social. E aqui demos mais um passo nas nossas reflexões sobre a vinculação ontológica entre história e Serviço Social: se as breves anotações anteriores quanto ao balanço de Yamamoto (2002) sobre os vinte anos de sua obra exprimem uma tal vinculação e se a história comparece, portanto, como premissa crucial no diálogo estabelecido entre a

profissão e a ontologia do ser social, é preciso extrair algumas decorrências dessa premissa, ou, se quisermos, seus próprios desdobramentos. Privilegiemos aqui somente dois, tendo em vista as exigências que se impõe ao trato dos fundamentos do Serviço Social a partir do referido diálogo: a) como forma que efetiva a realização do ser social no mundo capitalista, as relações sociais entre as classes sociais exigem ser apreendidas pelo reconhecimento de suas determinações as mais diversas, as quais, muito embora não possam prescindir da estrutura econômica na qual se assentam, não podem perder de vista que sua preservação (e transformação) requisitam e impulsionam objetivações de naturezas diversas, ou seja, o diálogo em questão apenas avança se se considerar a totalidade social (NETTO, 1994); b) a noção do gênero humano como histórico-social própria do marxismo (LUKÁCS, 2007), se tomada e levado a cabo pelo Serviço Social pode nos orientar no enfrentamento das tarefas da apreensão concreta das relações sociais entre as classes, nas quais encontram-se incluídas a apreensão dos conflitos estabelecidos entre elas e as formas de seu enfrentamento ideopolítico, e aquelas formas mais acabadas e empíricas das relações sociais, antes referidas – a vida cotidiana, as demandas sócio-institucionais apresentadas à profissão, etc.

## CONCLUSÕES

Em estágio relativamente inicial de desenvolvimento, a pesquisa “Serviço Social e filosofia da *práxis*: um debate sobre os fundamentos do Serviço Social”, tem buscado refletir sobre os percursos e as tendências da interlocução estabelecida entre a profissão e a tradição marxista no que diz respeito ao debate dos fundamentos do Serviço Social, tomando, portanto, como base investigativa, a produção bibliográfica sobre o tema. Neste breve artigo, apresentamos, porém, somente as bases teóricas fundamentais nas quais se alicerçam a pesquisa, privilegiando elementos do pensamento de Antonio Gramsci e Gyorgy Lukács como expoentes centrais do pensamento marxista do século XX.

Se, a recorrência às elaborações do filósofo húngaro nos orienta (entre outros) de

forma ímpar na elucidação e dilapidação dos sentidos e implicações da natureza ontológica entre Serviço Social e história, a apropriação do pensamento de Antonio Gramsci nos guia (entre outros) na apreensão de um marxismo cuja teoria apenas ganha sentido quando articulada à história política. Assim, do diálogo com o primeiro – via depuração do significado da mencionada vinculação – podemos extrair consequências significativas, a exemplo da inscrição imanente do exercício profissional no âmbito da vida cotidiana como índice da participação do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais por meio de sua decisiva participação no âmbito da reprodução do cotidiano da classe trabalhadora (GUAZZELI, 2009). Do diálogo com o segundo, não apenas garantimos a sobrevivência da apreensão qualificada dos fundamentos teórico-políticos que alicerçam o caráter contraditório da profissão e, exatamente por isso, a possibilidade da sintonização da profissão com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, como avançamos na efetivação histórico-concreta da profissão na imbricação com os conflitos e interesses de classe – donde a possibilidade da preservação do projeto ético-político –, portanto, na histórica política, conforme destacamos anteriormente a partir da leitura que realiza Bianchi (2008).

Considerando essas breves anotações, vale destacar a pertinência teórico-política contida na tarefa de leitura da produção bibliográfica acumulada pelo Serviço Social quanto aos seus fundamentos num tempo marcado por empobrecimentos de ordens as mais diversas, também e sobretudo cultural, que atingem significativamente o trabalho e a formação profissional, o que atualiza a necessidade da defesa das conquistas empreendidas nas últimas décadas. De fato, o vínculo ontológico entre o Serviço Social e a história talvez nunca tenha requisitado tanto, como hoje, a defesa da história política.

## **REFERÊNCIAS**

ABEPSS. Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABREU, Marina Maciel. O Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” no âmbito da Abepss – Determinações, trajetória e função político-acadêmico-científica. In. GUERRA, Yolanda. [et all]. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019. p. 149-174.

ADRIANO, Ana Lúvia. *Hegemonia e Serviço Social: significações ético-políticas do projeto profissional em debate*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

ADRIANO, Ana Lúvia, GUAZZELLI, Amanda. *Serviço social e filosofia da práxis: um debate sobre os fundamentos da profissão*. Projeto de pesquisa. Niterói, 2021. *mimeo*.

ANTUNES, Ricardo. *O Trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FERNANDES. Florestan. As contradições do capitalismo dependente. In. *Em busca do socialismo*. Últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995. p.123-144.

FROSINI, Fabio. *Gramsci e la filosofia: saggio sui Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 1. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GUAZZELLI, Amanda. *O desvelo da vida cotidiana e o trabalho do assistente social*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, Marilda. Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO. Marilda Villela. 20 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma leitura retrospectiva*. *Temporalis*, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 3, suplemento nov./2002, p. 89-125.  
\_\_\_\_\_. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo:

Cortez, 1997.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, Gyorgy. A responsabilidade social do filósofo. In. COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo. (Orgs.). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 203-224.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, Cortez, São Paulo, ano X, abr./1989, n. 30, p. 89-102.

\_\_\_\_\_. Razão, ontologia e práxis. *Serviço Social & Sociedade*, Cortez, São Paulo, ano XV, abr./1994, n. 44, p. 26-42.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In. GUERRA, Yolanda. [et all]. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2018. p. 85-114.

SEMERARO, Giovanni. O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci. In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In. GUERRA, Yolanda. [et all]. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2018. p. 847-86.